

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 429/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 18 (dezoito) dias de férias individuais remanescentes ao Procurador de Justiça Aroldo José de Lima, referentes ao período aquisitivo 2012/2013, que seriam usufruídos no período de 1º a 18.4.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 289/2019-PGJ, de 28.1.2019, na parte que indeferiu ao referido Procurador de Justiça 18 (dezoito) dias de férias regulamentares (Processo PGJ/10/3921/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 417/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 7º Promotor de Justiça de Dourados, Eduardo Fonticilha De Rose, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no dia 8.2.2019, em razão de férias, e no dia 11.2.2019, em razão de licença compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, e responder pela 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 8 e 11.2.2019, em razão de licença do titular, Elcio Felix D’Angelo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 424/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
6ª	Wilson Canci Junior	28 e 29.1.2019	Compensação	Edival Goulart Quirino
		30.1 a 8.2.2019	Férias	
19ª	Patrícia Almirão Padovan	28.1 a 1º.2.2019	Compensação	Gabriel da Costa Rodrigues Alves
		4 a 8.2.2019	Férias	
33ª	Lenize Martins Lunardi Pedreira	1º.2.2019	Compensação	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
		4 a 8.2.2019	Férias	
40ª	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	18.2 a 1º.3.2019	Férias	Daniel Higa de Oliveira
48ª	Matheus Macedo Cartapatti	25.2 a 1º.3.2019	Compensação	Fernanda Proença de Azambuja

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 423/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

**1. Férias:**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Pedro de Oliveira Magalhães	18.2 a 1º.3.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
George Cassio Tiosso Abbud	20.2 a 1º.3.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica	Bolivar Luis da Costa Vieira
Simone Almada Goes	14 e 15.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	18.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira

**2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
João Meneghini Girelli	21 e 22.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito	Alexandre Estuqui Junior
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	11 a 15.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira
Daniel Pivaro Stadniky	1º.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada
Jorge Ferreira Neto Júnior	25 e 26.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 426/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Fátima do Sul, no dia 11.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 430/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 376/2019-PGJ, de 31.1.2019, na parte que estabeleceu o período aquisitivo da Promotora de Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira, de forma que, onde consta: “Período Aquisitivo – 2017/2018”; passe a constar: “Período Aquisitivo – 2018/2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 431/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 8.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 435/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Antenor Ferreira de Rezende Neto	25.9 e 28.10.2016	7 e 8.2.2019
Marcelo Ely	6 e 7.12.2014	7 e 8.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 436/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, a serem usufruídos no período de 25 a 29.3.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 438/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 120 (cento e vinte) dias de licença à gestante, a partir de 22 de janeiro de 2019, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 139, inciso V, e 153, *caput* e § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6 de julho de 2011, c/c o artigo 56 da Lei Estadual nº 3.150, de 22 de dezembro de 2007.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 439/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos nos dias 14 e 15.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 441/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Zona Eleitoral, nos dias 14 e 15.2.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 427/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar a Portaria nº 2868/2017-PGJ, de 28.8.2017, que designou o Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros e os servidores Caio Marques de Oliveira Robaldo, José Tadeu Pereira da Anunciação Silva, Italo Felipe de Matos e João Manoel Mazzei Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Investigação para apurar os fatos referentes ao Procedimento nº 09.2017.00002566-8.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 428/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Roni Berto Medina Espindola, ocupante do cargo em comissão de Assessor em Ciências da Terra, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, participar do Projeto de Avaliação de Eventuais Danos Ambientais Causados pela Aplicação da Vinhaça nas Usinas de Açúcar e Álcool do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja atividade consiste em apurar possíveis impactos negativos causados pelo uso da vinhaça para fertirrigação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 420/2019-PGJ, DE 5.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Mauro da Cunha Duarte	2017/2018	7 a 16.1.2019	14 a 23.10.2019		17 a 26.1.2019
Osvaldo dos Santos	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		17 a 26.1.2019
Paulo Márcio da Silva Soeira	2015/2016	18 a 27.2.2019	15 a 24.7.2019		21 a 30.1.2019
Poliana Carolina Marquesini	2017/2018	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Mauro da Cunha Duarte	2017/2018	7 a 16.1.2019	14 a 23.10.2019		21 a 30.1.2019
Osvaldo dos Santos	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		21 a 30.1.2019
Paulo Márcio da Silva Soeira	2015/2016	18 a 27.2.2019	15 a 24.7.2019		7 a 16.1.2019
Poliana Carolina Marquesini	2017/2018	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		29.1 a 7.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

### PORTARIA Nº 421/2019-PGJ, DE 5.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 053/2019-PGJ, de 10.1.2019, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, de forma que, onde consta: Período de Conversão – 1º a 10.12.2019, passe a constar: Período de Conversão – 1º a 10.2.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

### PORTARIA Nº 422/2019-PGJ, DE 5.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Elaine Teresinha Bordão, de forma que, onde consta: 2º Período – 8 a 27.7.2019, passe a constar: 2º Período – 8 a 17.7.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 442/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Valdemilson Massayoshi Thaada, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3447/2018-PGJ, de 10.10.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, a serem usufruídas no período de 10 a 19.12.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 443/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Valdemilson Massayoshi Thaada, por meio da Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.12.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 17.7.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 444/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA N° 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Paulo Duarte	2017/2018	25.7 a 3.8.2018	11 a 20.2.2019		4 a 13.8.2018

PORTARIA N° 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Denise Oliveira da Silveira Xavier	2017/2018	10 a 19.12.2018	8 a 17.4.2019		22 a 31.10.2018

PORTARIA N° 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Camila Ogeda Darc da Silva	2017/2018	5 a 14.11.2018	24.6 a 3.7.2019		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	2017/2018	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019	24.6 a 3.7.2019	

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ellen Tápia Vargas	2014/2015	24.6 a 3.7.2019	1º a 10.10.2019		8 a 17.1.2019
Valdemilson Massayoshi Thaada	2016/2017	8 a 17.7.2019	10 a 19.12.2019		21 a 30.1.2019
Elizeth Alves Dias de Assis	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		2 a 11.12.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecílio Leandro Echeverria	2017/2018	11.2 a 2.3.2019			1º a 10.2.2019
Christiane Naomi Hiratsuka	2015/2016	18 a 27.2.2019	15 a 24.5.2019	11 a 20.9.2019	
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2016/2017	4 a 23.2.2019			25.2 a 6.3.2019
Liza Lacerda de Barros Rocha	2016/2017	9 a 18.4.2019	8 a 17.7.2019		4 a 13.2.2019
Maria Alice da Silva Paiva Ramos	2017/2018	8 a 27.3.2019			19 a 28.2.2019
Mayara Vaz Cardeal Lima	2018/2019	20 a 29.5.2019	30.10 a 8.11.2019		5 a 14.2.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
João Paulo Duarte	2017/2018	25.7 a 3.8.2018	20.2 a 1º.3.2019		4 a 13.8.2018

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Denise Oliveira da Silveira Xavier	2017/2018	10 a 19.12.2018	24.6 a 3.7.2019		22 a 31.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Camila Ogeda Darc da Silva	2017/2018	5 a 14.11.2018	5 a 14.11.2019		8 a 17.4.2019

PORTARIA Nº 3838/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	2017/2018	5 a 14.11.2018	7 a 16.1.2019		1º a 10.3.2019

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ellen Tápia Vargas	2014/2015	8 a 17.4.2019	13 a 22.5.2019		8 a 17.1.2019
Valdemilson Massayoshi Thaada	2016/2017	7 a 16.1.2020	6 a 15.7.2020		21 a 30.1.2019
Elizeth Alves Dias de Assis	2017/2018	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		11 a 20.3.2019



PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecílio Leandro Echeverria	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	8 a 17.4.2019		1º a 10.2.2019
Christiane Naomi Hiratsuka	2015/2016	18 a 27.2.2019	8 a 17.4.2019		15 a 24.5.2019
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2016/2017	11.2 a 2.3.2019			1º a 10.2.2019
Liza Lacerda de Barros Rocha	2016/2017	19 a 28.3.2019	17 a 26.7.2019		4 a 13.2.2019
Maria Alice da Silva Paiva Ramos	2017/2018	12 a 21.8.2019	18 a 27.11.2019		19 a 28.2.2019
Mayara Vaz Cardeal Lima	2018/2019	1º a 10.7.2019	30.10 a 8.11.2019		5 a 14.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 418/2019-PGJ, DE 5.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 4 a 22.2.2019, em razão de férias da servidora Ana Emília Alves Barbosa.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 419/2019-PGJ, DE 5.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Compras, no período de 21 a 30.1.2019, em razão de férias, e nos dias 31.1 e 1º.2.2019, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da titular, Vivian Severino da Silva Ribeiro.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

#### PORTARIA Nº 425/2019-PGJ, DE 6.2.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

##### R E S O L V E :

Conceder ao servidor Alexandre Ferreira da Costa, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, quatro dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu padrasto, a partir de 30.1.2019, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 432/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29.1.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 433/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 12 (doze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29.1.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 434/2019-PGJ, DE 6.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Dantiele de Freitas Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Redes, símbolo MPAS-206, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, a partir de 4.2.2019, nos termos do inciso III do artigo 130, e do artigo 147, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e § 2º do artigo 37 do Decreto Estadual nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e alínea “g” do inciso I do artigo 11, artigo 71 e §§ 1º e 2º do artigo 72, todos da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e, ainda, o artigo 93, §§ 3º e 4º do artigo 94, artigos 95 e 96, todos do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, após o término da licença acima referida, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º, todos da Resolução nº 001/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 440/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte, no período de 4 a 18.2.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 445/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cristiane Souza Diniz, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.1 a 6.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 446/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Leonardo Dáguila da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 30.1.2019, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 447/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Camila Ramalho Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 8.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 448/2019-PGJ, DE 7.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Gláuce Jardim Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 31.1 a 1º.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

## ESCOLA SUPERIOR

## AVISO Nº 040/2019-GED

## XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, CONVOCA os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, de 03 de agosto de 2018, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital n.º 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no Item 2 deste Aviso.

## 1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE AMAMBAI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à avenida Pedro Manvailler, 4601 - Centro – Amambai.

## BACHAREL EM DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	ISABELLE MARIA LEITE LOPES	4º
18.02.2019	09h30min	VANESSA MENDES VENTURA DE BARROS	5º
18.02.2019	10h	JÉSSICA ADRIANA BOGADO JANDREŸ	1º

## 1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

## DIREITO VESPERTINO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	KEVELIN DA SILVA PEREIRA	88º
18.02.2019	09h	LETÍCIA ELLER MARQUES DE ALMEIDA	89º

## BACHAREL EM DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	JEISE BOENO DRUMOND	32º
18.02.2019	09h30min	RENATA FRANÇA MARTINS	33º
18.02.2019	09h45min	SIMONE PEREIRA GAMARRA	34º
18.02.2019	10h	MAYARA MARIE DA ROCHA VIEIRA MOTA	35º
18.02.2019	10h30min	RENAN RODRIGUES BARRETO	36º

## 1.3. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua América, 1880 - Centro - Corumbá

## DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

## MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	JEAN MAICON ALLE PEREIRA	6º

## BACHAREL EM DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	LUIS ALESSANDRO CARDOSO CAPUCCI	2º

## 1.4. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio – Dourados.

## DIREITO MATUTINO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	LETICIA SCHEIDT GREGIANIN	6º
18.02.2019	09h	EDSON SANTANA BEZERRA JUNIOR	7º

### 1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua São José, 564 - Centro - Nova Andradina.

### BACHAREL EM DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	ELIDIELLY FIIRST DIAS	6º

### 1.6 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro - Três Lagoas.

### DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

#### VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	NAIARA FERNANDA DE SOUZA OSARES	8º
18.02.2019	09h30min	WILLIAM FAGUNDES DIAS DOS SANTOS	9º

### DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

#### MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
18.02.2019	09h	CAROLINE GALANTE DE ANDRADE	10º

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1 Para admissão, o candidato Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)

6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br).

Campo Grande, 08 de fevereiro de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Gestão de Estagiários de Direito

## COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

### EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/4603/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ESQUADRÃO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE, representado pelo Comandante – Fabiano Ferreira Regalado.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário alto de aço: 01 unidade

Armário alto madeira: 02 unidades

Mesa para telefone: 01 unidade

Mesa para impressora: 02 unidades

Mesa para computador: 02 unidades

Longarina: 01 unidade

Armário baixo de aço: 01 unidade

Arquivo de aço: 01 unidade

Gaveteiro volante: 01 unidade

Poltrona giratória: 01 unidade

Monitor: 16 unidades

Microcomputador: 16 unidades

Cadeira Giratória espaldar médio: 6 unidades

Poltrona fixa: 02 unidades

Poltrona Presidente: 01 unidade

Aparelho telefônico: 01 unidade

Mesa retangular 1,40x600x740mm (cinza) – 01 unidade

Suporte para CPU e Nobreak – 01 unidade

Data: 14.12.2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0003/2019/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000219-4

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar o problema ambiental narrado na denúncia, consistente no incessante vazamento de água no Horto Florestal, que provoca umidade nas paredes dos imóveis lindeiros, mau cheiro e proliferação de mosquitos.

Campo Grande, 08 de fevereiro de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA - Promotor de Justiça

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AQUIDAUANA****EDITAL Nº 01/2019 - PJDPPSCA**

A 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Aquidauana/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes, nº 544, Vila Cidade Nova, telefone (067) 3241-2057, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000277-2

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: Município de Aquidauana.

Assunto – Investigar denúncia de utilização de equipamentos e pessoal da secretaria de obras do município de Aquidauana, para fazer limpeza em imóvel particular.

Aquidauana/MS, 06 de fevereiro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE

Promotor de Justiça

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0001/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000487-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Aroldo de Moura Pereira

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001342-1.

Bela Vista/MS, 06/02/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0002/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000525-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Denis Marcelo Grejanim, Fazenda Princesa do Apa

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001337-6.

Bela Vista/MS, 07/02/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000526-9

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Paulo Roberto Burgueño, Rancho Vô Peluffo

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001587-4.

Bela Vista/MS, 07/02/2019

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça



**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2018.00001337-6

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Denis Marcelo Grejanim – Fazenda Princesa do Apa.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001337-6, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Princesa do Apa, em Bela Vista-MS, de propriedade do senhor Alcides Carlos Grejanim, em razão da supressão vegetal de 49,25 hectares de vegetação nativa”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Denis Marcelo Grejanim, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 49,25 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na Fazenda Princesa do Apa, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Considerando a necessidade de recuperar o dano afetado ao Meio Ambiente, o COMPROMISSÁRIO se compromete a compensar o dano ambiental causado por meio da transformação de 25 ha (hectares) da área remanescente de sua propriedade, como área de reserva legal, acima do 20% regulado por lei, servindo também como crédito de reposição florestal, devendo constar no Cadastro Ambiental Rural.

CLÁUSULA TERCEIRA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 49,25 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na Fazenda Princesa do Apa, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) divididas em 12 parcelas iguais de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento todo mês no dia 07, sendo que a primeira parcela vence no dia 07 de março de 2019 e as seguintes nos meses seguintes e sucessivos.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA QUARTA. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de providenciar, no prazo de 120 dias, a inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Fazenda Princesa do Apa, localizada em Bela Vista-MS.

Bela Vista-MS, 07 de fevereiro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2018.00001342-1

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Aroldo de Moura Pereira.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001342-1, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista-MS, tendo por objeto “apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade do senhor Aroldo de Moura Pereira, em Bela Vista-MS, em razão da supressão vegetal de 3,44 hectares de vegetação nativa”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO Aroldo de Moura Pereira reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 3,44 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, em sua propriedade localizada no Assentamento Barra do Ytá, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO Aroldo de Moura pereira se compromete a não mais realizar desmatamento, dentro ou fora de área de reserva legal, ou em área de preservação permanente ou de especial proteção, sem autorização legal para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 3,44 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural na Barra do Ytá, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), até o dia 06 de março de 2019.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA QUARTA. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de providenciar, no prazo máximo de 120 dias, a inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da sua propriedade, localizada no Assentamento Barra do Ytá, em Bela Vista-MS;

Bela Vista-MS, 06 de fevereiro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2018.00001346-5

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Eduardo Cervim da Silva – Chácara Recanto da Família.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001346-5, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista-MS, tendo por objeto “apurar a ocorrência de dano ambiental na Chácara Recanto da Família, em Caracol-MS, de propriedade do senhor Eduardo Cervim da Silva, em razão da supressão vegetal de 4,44 hectares de vegetação nativa”.

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Eduardo Cervim da Silva, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 4,44 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na Chácara Recanto da Família, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA O COMPROMISSÁRIO Eduardo Cervim da Silva se compromete a não mais realizar desmatamento, dentro ou fora de área de reserva legal, ou em área de preservação permanente ou de especial proteção, sem autorização legal para tanto.

CLÁUSULA TERCEIRA: considerando ser o dano de pequena monta e que a época dos fatos o compromissário excedeu apenas em parte a autorização legal que detinha para limpeza de pastagem e aproveitamento de material lenhoso, bem como o fato de que o compromissário realizou o pagamento da multa ambiental aplicada pelo IMASUL (comprovante em anexo), no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), deixo de aplicar indenização por compensação ambiental.

CLÁUSULA QUARTA. Considerando que O COMPROMISSÁRIO informou já possuir o CAR, deverá apresentar cópia da inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da Chácara Recanto da Família, localizada em Bela Vista-MS, nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 dias.

Bela Vista-MS, 06 de fevereiro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil 06.2018.00001587-4

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Paulo Roberto Burgueño - Rancho do Vô Peluffo.

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001587-4, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto apurar a ocorrência de dano ambiental no Rancho do Vô Peluffo, em Bela Vista-MS, de propriedade do senhor Paulo Roberto Burgueño.

## DAS OBRIGAÇÕES

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O COMPROMISSÁRIO, Paulo Roberto Burgueño, reconhece a existência de área de preservação permanente – APP a recuperar, consistente em 0,0099 ha, no Rancho do Vô Peluffo, em Bela Vista-MS, não havendo registro da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O COMPROMISSÁRIO se obriga a requerer junto a Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL ou a outro órgão que venha a substituí-lo nesta competência, no prazo máximo de 02 meses a contar da assinatura deste TAC, a inscrição do imóvel rural de sua propriedade, Rancho do Vô Peluffo, localizado em Bela Vista-MS, no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

Parágrafo Primeiro. O COMPROMISSÁRIO deverá, no prazo previsto acima, juntar a este Inquérito Civil uma segunda via de todos os documentos, mapas e CDs com os arquivos digitais que tenham sido encaminhados ao IMASUL para servir de base para inscrição no CAR – Cadastro Ambiental Rural.

Parágrafo Segundo. Caso haja, pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento do pedido feito pelo compromissário nos termos do caput desta cláusula, o COMPROMISSÁRIO se compromete a, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste TAC.

Parágrafo Terceiro. A comprovação da inscrição da Reserva Legal no CAR – Cadastro Ambiental Rural será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual receberá ofício desta Promotoria de Justiça solicitando que informe a hipótese de pendências, bem como de cancelamento do CAR – Cadastro Ambiental Rural, caso em que incidirá o parágrafo segundo desta cláusula.

Parágrafo Quarto. Na elaboração do CAR – Cadastro Ambiental Rural, o compromissário deverá seguir os estritos termos da Lei Federal n. 12.651/2012, com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Declaratória Constitucionalidade (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito estiver integral e comprovadamente preservada sob o aspecto ambiental, o isolamento será decidido pelo órgão ambiental, caso entenda que agentes degradadores estejam ou possam a vir causar degradação nestas áreas protegidas.

**CLÁUSULA QUARTA:** Se a área de reserva legal, de preservação permanente e/ou de uso restrito necessitar de regeneração natural ou de qualquer intervenção humana para sua recuperação ou recomposição, bem como se houver outros danos ambientais no imóvel, tais como erosões, voçorocas, perda de solo fértil, etc... (fatos estes informados no documento previsto na cláusula segunda), o COMPROMISSÁRIO, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental, adotará as seguintes providências:

a) apresentará um PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas ou outro documento equivalente ao órgão ambiental competente, no prazo de 03 meses, sendo que, caso haja arquivamento ou não aprovação do referido projeto por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 30 dias, sob pena de multa prevista neste TAC. O PRADA deverá apresentar as atividades necessárias para recuperação das áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de Uso Restrito, que contenham erosões ou degradação de solo. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias e encerrado no prazo máximo de 02 anos, sendo que o documento passará a fazer parte do TAC e seu descumprimento implicará nas sanções previstas neste instrumento;

**CLÁUSULA QUINTA:** A execução do PRADA será fiscalizada pelo órgão ambiental competente, o qual poderá comunicar eventuais pendências a esta Promotoria de Justiça para eventuais providências, caso em que incidirá o parágrafo segundo da cláusula segunda.

Bela Vista-MS, 07 de fevereiro de 2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

---

COXIM

---

**RECOMENDAÇÃO N.º 001/2019/1ªPJ-COXIM**

Nº SAJ/MP: 06.2018.00001311-0

Objeto: Regularização no credenciamento de empresas que prestam serviços funerários ao Município de Coxim-MS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul) e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”;

CONSIDERANDO que “em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”<sup>2</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do (s) ato (s) ilegal (is) praticado (s);

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO “é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameçam ou lesionam”<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, os administradores públicos devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que foi editada a Lei nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes políticos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de

---

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

<sup>2</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2.ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

<sup>3</sup> GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODVIM: 2014, p. 787.

enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que todo agente público e político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que a Administração Pública se submete, em conformidade com o art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, dentre outros, aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência e que a Recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”<sup>4</sup>.

CONSIDERANDO, que dentre os princípios alhures referidos, aos quais se submete a Administração Pública a legalidade, possui significativa proeminência, na medida em que determina que "na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza"<sup>5</sup>;

CONSIDERANDO, que a contratação pela Administração Pública deve, necessariamente, ressaltadas as exceções legais, ser precedida do devido Procedimento Isonômico, em consonância com o que dispõe o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos: "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

CONSIDERANDO, que as Licitações estão regulamentadas pela Lei n. 8.666/93 que busca viabilizar a contratação com a proposta mais vantajosa para a Administração ao mesmo tempo em que busca garantir condições isonômicas aos pretensos contratados, de modo a viabilizar a mais ampla competitividade possível nas contratações realizadas;

CONSIDERANDO que se instaurou na data de 21 de julho de 2016, nesta 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, o Inquérito Civil n. 06.2018.00001311-0, visando apurar irregularidade no credenciamento da empresa Pax e Funerária Silviolândia para que pudesse participar da escala de atendimento de serviços funerários junto à Prefeitura Municipal de Coxim;

CONSIDERANDO que, no dia 16 de fevereiro de 2018, expediu-se ofício à Prefeitura Municipal de Coxim/MS, solicitando informações a respeito da existência de atos normativos que regulamentam a contratação de serviços funerários, bem como a lista de empresas credenciadas para prestar serviços funerários no ano de 2018 e outras informações;

CONSIDERANDO que a Prefeitura, até a presente data, não respondeu os ofícios expedidos;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não poderá restringir a participação de licitantes, para posterior contratação, pois tal conduta fere o princípio da máxima competitividade;

CONSIDERANDO que é ato de improbidade administrativa “frustrar a licitude de processo licitatório”, conforme disciplina o art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/92; que se trata de um ato vinculado, pois dispõe sobre destinação de verbas públicas;

CONSIDERANDO, portanto, que eventuais responsáveis e beneficiários da irregularidade podem ser responsabilizados por ato de improbidade administrativa;

RESOLVE, em defesa da sociedade, do patrimônio público e social e, em observância ao princípio da legalidade,

<sup>4</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013.

<sup>5</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2007.

RECOMENDAR AO PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM/MS, Exmo. Sr. Alúzio São José Cometki e ao SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Sr. Adenilson Vilalba, com objetivo de evitar eventual demanda judicial para a responsabilização das autoridades competentes:

. que editem, no prazo máximo de 60 dias, ato normativo, caso ainda não exista, visando à criação de normas para regramento do credenciamento de funerárias, observando a Lei nº 8666/93;

. Após a criação do regulamento administrativo, promovam o credenciamento, em bases objetivas, listadas no ato normativo e/ou promova-se a licitação para a aquisição dos serviços funerários custeados pelo município de Coxim.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de até 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, devendo ser encaminhados, fundamentadamente, os motivos de eventual recusa, na forma do disposto no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, e no artigo 45, parágrafo único, da Resolução n. 015/2007-PGJ/MS, sob pena da adoção das medidas judiciais cabíveis.

Decorrido o prazo de dez dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e também para publicação no DOMP/MS.

Coxim/MS, 21 de janeiro de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO  
Promotor de Justiça

#### NAVIRAÍ

#### EDITAL Nº 0005/2019/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000284-0

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que pacientes da microrregião de saúde de Naviraí estariam tendo vagas de internação no Hospital de Naviraí indevidamente negadas.

Naviraí, 07 de fevereiro de 2019

DANIEL PÍVARO STADNIKY  
Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO Nº 001/2019**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Comarca de Naviraí/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, em razão dos fatos apurados nos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000284-0, expede a seguinte

**RECOMENDAÇÃO**

ao Gerente de Saúde do Município de Naviraí/MS, Ilustríssimo Senhor Wellington de Mattos Santussi:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, dentre os quais se destacam a cidadania e o direito à saúde (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>6</sup>;

CONSIDERANDO que, nos termos da doutrina jurídica nacional, a recomendação administrativa “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>7</sup>, viabilizando, dessa maneira, na hipótese de descumprimento, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado ou de ação própria visando a imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que de acordo com o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que em razão do disposto no artigo 198 da Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único;

CONSIDERANDO que razão disso, todos os entes da federação integram o Sistema Único de Saúde, de modo que todos os serviços e ações de saúde prestados e desenvolvidos pelos entes da federação devem ser disponibilizados à população como um todo, independentemente da residência ou do domicílio do cidadão que necessita de tais serviços;

CONSIDERANDO que de acordo com o disposto no artigo 14 da Lei nº 8080/90, o legislador previu que as interlocuções entre os entes da federação, para fins de definição das responsabilidades pelos serviços e ações de saúde serão feitas em Comissões Intergestoras Bipartites e Tripartites;

CONSIDERANDO que a atual organização geográfica das regiões de saúde do Estado do Mato Grosso do Sul houve por bem conceber que o Município de Naviraí integra a Macrorregião de Saúde, cujo município sede é o Município de Dourados;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 1559, de 01 de agosto de 2008, editada pelo Ministro da Saúde, instituiu a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS;

<sup>6</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>7</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.



CONSIDERANDO que o Decreto nº 14.624, de 13 de dezembro de 2016, instituiu no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, o Programa de Implementação do Complexo Regulador Estadual;

CONSIDERANDO que os serviços de regulação têm por objetivo, dentre outros, garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada, de acordo com os princípios da equidade e da integralidade, bem como diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência;

CONSIDERANDO que de acordo com o contido na Ata da 97ª Reunião da Comissão Intergestores Regional da Macrorregião de Dourados, datada de 18/04/2017, foi dado início ao funcionamento das atividades do Complexo Regulador Estadual na Microrregião de Saúde de Dourados;

CONSIDERANDO que na referida reunião, o Município de Naviraí pactuou a prestação de serviços hospitalares, dentre outras formas mediante a disponibilização de vagas de internação no Hospital Municipal de Naviraí, cujo acesso deveria ser regulado pela Central de Regulação de Leitos de Dourados;

CONSIDERANDO que restou apurado, nos autos de Inquérito Civil nº 06.2019.00000284-0, que a Central de Regulação de Leitos de Dourados está encontrando dificuldades para o exercício das atribuições previstas no artigo 8º, §2º da Portaria nº1559, de 01/08/2008, qual seja, fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde, notadamente quanto aos leitos do Hospital Municipal de Naviraí/MS;

CONSIDERANDO que restou apurado que o Hospital Municipal de Naviraí tem apresentado, nos últimos anos, baixo índice de ocupação hospitalar, o que evidencia a sub-utilização de equipamentos hospitalares e a existência de leitos hospitalares que poderiam estar sendo utilizados por pacientes da microrregião de saúde de Naviraí (Jutí, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Mundo Novo, Japorã e Iguatemi);

CONSIDERANDO que esta situação tem acarretado não só o acúmulo de pacientes em Hospitais da cidade de Dourados, eis que para lá são enviados os pacientes que deveriam ser encaminhados para Naviraí, mas também o aumento do período de internação de pacientes nos municípios que integram a microrregião de saúde de Naviraí que aguardam a transferência para a cidade de Dourados;

CONSIDERANDO que restou apurado que o acesso ao mapa de leitos do Hospital Municipal de Naviraí, pela Central de Regulação de Leitos de Dourados, seria medida suficiente para diluir as dificuldades encontradas pelo órgão para o desempenho das funções previstas no artigo 8º, §2º da Portaria nº1559, de 01 de agosto de 2008;

CONSIDERANDO que no dia 07/02/2019, em reunião realizada nesta 2ª Promotoria de Justiça de Naviraí, após aplicação da sistemática da mediação sanitária, logrou-se êxito em restar pactuado que o Hospital Municipal de Naviraí irá disponibilizar, em um período inicial, com a frequência diária, o mapa de seus leitos à Central de Regulação de Leitos de Dourados;

RECOMENDA ao Gerente Municipal de Saúde de Naviraí/MS, Ilustríssimo Senhor Wellington de Mattos Santussi, que mediante a edição de atos normativos escritos, implemente as alterações administrativas necessárias para garantir que os mapas de leitos dos Hospital Municipal de Naviraí sejam diariamente fornecidos à Central de Regulação de Leitos de Dourados;

Adverte-se que, em caso de não cumprimento da Recomendação, poderão ser adotadas as medidas judiciais cabíveis para solução da irregularidade e para a responsabilização pessoal.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional da Cidadania, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

Encaminhe-se para publicação no DOMPS;

Remeta-se cópia da presente recomendação à Central de Regulação de Leitos de Dourados, para conhecimento.

Naviraí, 08 de fevereiro de 2019.

DANIEL PÍVARO STADNIKY  
Promotor de Justiça

---

**TERENOS**

---

**EDITAL Nº 0005/2019/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00000129-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a compra dos móveis realizada pela Câmara Municipal de Terenos/MS.

Terenos/MS, 06 de fevereiro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2019/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Preparatório: 06.2019.00000159-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: apurar possível irregularidade em licitação realizada para a contratação de empresa para construção da feira do produtor (convênio 28.763/2018).

Terenos/MS, 06 de fevereiro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2019/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo: 09.2018.00004428-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia recebida pelo Disque 100, acerca de eventual mau uso de dinnherio da idosa Vilma Martins da Silva.

Terenos/MS, 06 de fevereiro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0008/2019/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo: 09.2019.00000200-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de risco envolvendo a Idosa Ivone, bem como outros membros da residência, conforme denúncia disque 100.

Terenos/MS, 06 de fevereiro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0009/2019/PJ/TRN**

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Celestino, s/n, Centro, Terenos/MS.

Procedimento Administrativo: 09.2019.00000201-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível negligência do Poder Público Municipal em relação ao Asilo São Vicente de Paula.

Terenos/MS, 06 de fevereiro de 2019.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ITAQUIRAÍ**

---

**RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2019/PJ/ITQ**

Autos de Inquérito Civil nº.06.2018.00000600-9

Requerente: Monet Veículos

Requerido: Município de Itaquiraí-MS

Objeto: Violação aos Princípios Administrativos

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí-MS, agindo por seu membro subscritor, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, da Constituição Federal de 1988; art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994; art. 27, § único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/1993 e, por fim, pelo art. 44, da Resolução n. 15/2007 da PGJ do MPMS, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da CF/88), podendo, para esse fim, instaurar Inquérito Civil, propor Ação Civil Pública ou outra medida judicial adequada, bem como expedir Recomendações na busca da proteção ao Patrimônio Público e Social, conforme os ditames contidos na Lei Federal n. 8.625/1993 e Lei Complementar Estadual n. 72/1994;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que: “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que a Administração Pública, nos moldes do disposto no art. 37, *caput*, da CF/88, submete-se, dentre outros, aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa “implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas<sup>8</sup>”;

CONSIDERANDO que a Administração Pública, nos casos de contratação, com a ressalva das exceções legais, deve, necessariamente, deflagrar um procedimento isonômico, nos termos do art. 37, inciso XXI, da CF/88, que assim preceitua: “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”;

CONSIDERANDO que as normas gerais de licitações encontram-se regulamentadas pela Lei Federal n. 8.666/93 e, em seu art. 3º, a Administração Pública deve realizar a licitação com a primordial finalidade de se “garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”;

CONSIDERANDO que a doutrina e jurisprudência refutam a chamada “licitação direcionada ou licitação dirigida”, pois, conforme ensinamentos do autor José dos Santos Carvalho Filho<sup>9</sup>: “o princípio da competitividade, correlato ao princípio da igualdade. Significa que a Administração não pode adotar medidas ou criar regras que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação. Em outras palavras, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção se faça da melhor forma possível. Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento no sentido de que a imposição de limites à competitividade deve ser devidamente fundamenta em elementos concretos, somente se justificando a imposição de limitações à competitividade quando a natureza ou a característica do serviço que se pretende realizar através da contratação assim o exija, sendo que a ausência de tal situação configura licitação dirigida. Vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. OUTRAS FALHAS QUE DEVEM SER PREVENIDAS. CIÊNCIA AO ÓRGÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. 1. O direcionamento da licitação mediante a descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos. 2. O órgão licitante deve identificar um conjunto representativo de diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades da Administração antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado (Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário). 3. A vedação à indicação de marca (arts. 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a menção à marca de referência, que deriva da necessidade de caracterizar/descrever de forma adequada, sucinta e clara o objeto da licitação (arts. 14, 38, *caput*, e 40, inciso I, da mesma Lei). A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se

<sup>8</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

<sup>9</sup> Idem.

a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada. 4. A padronização, uma das hipóteses para eventual indicação de marca específica, é um instrumento dirigido a aquisições futuras e não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público. 5. A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas. 6. A segregação de funções é princípio básico de controle interno que consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de formalização, autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão, facultando a revisão por setores diferentes nas várias etapas do processo e impedindo que a mesma pessoa seja responsável por mais de uma atividade sensível ao mesmo tempo, sem o devido controle. Nesse sentido, as Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005 e a IN-SLTI/MPOG 4/2014, no caso de soluções de TI, estabelecem claramente as atribuições e responsabilidades de cada agente envolvido nas diversas fases do processo de contratação. 7. O argumento de que o valor do melhor lance estaria abaixo do orçamento estimativo e que, portanto, estaria atendido o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração somente merece guarida quando evidenciado que a pesquisa de preços da licitação foi feita de acordo com a melhor técnica possível para cada caso, a exemplo dos parâmetros definidos na IN-SLTI/MPOG 5/2014. (TCU. Acórdão n. 2829/2015. Relator: Bruno Dantas. Data da Sessão: 04/11/2015 - destaques).

CONSIDERANDO a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Inquérito Civil n. 06.2018.00000600-9, para apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório Municipal do Edital n. 45/2017, cujo objeto seria a contratação de “01 (um) veículo ambulância tipo A” com extenso rol de especificações, conforme anexo I do Edital de Abertura do Procedimento Licitatório;

CONSIDERANDO, também, as representações formuladas pelas empresas Múltipla Comércio e Representações Ltda-ME; Bellan Transformações Veiculares Ltda e Monet Concessionária de Veículos Ltda, que, apesar de se interessadas no certame, alegaram a impossibilidade de participação em razão das especificações existentes no Anexo I acima citado;

CONSIDERANDO que as supra-referidas especificações do Anexo I estão efetivamente limitando a possibilidade de concorrência de parte significativa dos veículos ambulância tipo A no mercado e, conseqüentemente, violando o Princípio da Competitividade e Isonomia;

CONSIDERANDO que as especificações do produto, em consonância com precedente do TCU transcrito alhures, devem estar devidamente fundamentadas em elementos concretos, aptos a limitação dos produtos que se enquadrem nas especificações estabelecidas pelo Edital;

CONSIDERANDO que em análise ao Inquérito Civil n. 06.2018.00000600-9 e ao Edital de Pregão n. 45/2017, não foi possível vislumbrar justificativas concretas e plausíveis que demonstrem a necessidade de aquisição de veículo com as especificações contidas no Anexo I do Edital de Abertura do Procedimento Licitatório;

CONSIDERANDO que a singela suspensão do procedimento licitatório não se confunde com sua extinção e, portanto, poderá retomar seu andamento a critério do administrador.

CONSIDERANDO que embora a Administração Pública tenha suspenso o andamento do Procedimento Licitatório, não foi tomada nenhuma escolha de extinção do certame (art. 49, da Lei n. 8.666/93);

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o artigo 10, inciso VIII, da Lei n. 8.429/92, *“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: [...] VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;*

CONSIDERANDO que se comprovado que as irregularidades foram praticadas de forma consciente, visando beneficiar determinada concorrente, os responsáveis deverão se sujeitar às sanções da Lei de Improbidade Administrativa;

CONSIDERANDO que a teor da súmula n. 473, do Supremo Tribunal Federal, “*a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*”.

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos Princípios da Legalidade, Impessoalidade e Moralidade, RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Itaquiraí-MS, Ricardo Fávaro Neto, que no prazo de 30 (trinta) dias:

a) promova a ANULAÇÃO definitiva do Procedimento Licitatório oriundo do Pregão n. 45/2017;

b) abstenha-se de impor, em caso de novo procedimento licitatório, as especificações do certame em apreço sem a demonstração da necessidade concreta dos requisitos que vier a estabelecer, em razão de patente violação à competitividade de acordo com os produtos existentes no mercado.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta Recomendação.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Prefeito Municipal, requisitando-se a devida divulgação, conforme preceitua o art. 45, parágrafo único, da Resolução n. 15/2007 – PGJ.

Encaminhe-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e, também, para publicação no DOMP-MS.

Por derradeiro, decorrido o prazo concedido, com ou sem resposta do Recomendado, certifique-se nos presentes autos.

Itaquiraí-MS, 06 de fevereiro de 2019.

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR  
Promotor de Justiça em Substituição Legal